

COMUNICADO CIP

11/04/2018

Congresso

CIP afirma o mérito das empresas na recuperação económica do país

A CIP- Confederação Empresarial de Portugal realiza hoje o seu Congresso Anual dedicado a afirmar “O Valor das Empresas” e a debater os desafios com que se depara a atividade empresarial em Portugal.

“Esse valor está patente na evolução recente da nossa economia. Na recuperação que muitos insistem em discutir se é mérito deste Governo, do anterior ou de uma eventual conjugação de condições propícias ao crescimento. Mas a verdade é que a recuperação se deve às empresas”, afirmou hoje o Presidente da CIP.

Para António Saraiva “se a taxa de desemprego está hoje abaixo dos 8%, é porque as empresas geraram mais emprego”. Recorde-se que as empresas privadas são responsáveis por dois terços do emprego total e empregam mais de 80% dos trabalhadores por conta de outrem. Em 2017, 97% do aumento líquido do emprego por conta de outrem foi gerado nas empresas. As empresas criaram novos postos de trabalho para mais 169 mil trabalhadores.

“Em 2017, atingimos o maior nível de crescimento económico em 17 anos por mérito das empresas. São elas que produzem, são elas que inovam, são elas que exportam”, nota o responsável da CIP, adiantando que “são também, essencialmente, as empresas que investem: Mais de dois terços do investimento em Portugal é realizado pelas empresas”. Em 2017, 58% do acréscimo do investimento veio das empresas e só 25% do investimento público.

“O défice historicamente baixo atingido em 2017 ficou a dever-se, em grande parte, à aceleração económica registada no último ano e ao aumento do emprego. Ambos são mérito dos empresários. Não só das escassas centenas de grandes empresas que operam no nosso país, mas principalmente das centenas de milhares de micro, pequenas e médias empresas, cujos responsáveis vivem dos frutos do seu trabalho e da sua capacidade de arriscar

e lutam, todos os dias, pela manutenção dos postos de trabalho que criam, prestando, tantas vezes, um apoio social insubstituível nas comunidades onde se inserem”, afirma António Saraiva.

Para o Presidente da CIP, em muitos domínios, o esforço das empresas continua no entanto a ser insuficientemente apoiado, quando não contrariado pela ação do Governo. Desde logo através do aumento da carga fiscal em Portugal, que atingiu em 2017 o nível mais elevado em pelo menos 22 anos. Nos impostos indiretos, em 2017, o aumento foi superior a 6%. “E a imaginação do Governo para criar novas forma de tributação permanece viva, fértil e voraz”, nota o Presidente da CIP. No IRC, o aumento da receita foi de quase 10%. “Na sua atividade legislativa, o Governo, em vez de apoiar a atividade das empresas, penaliza frequentemente aquele que é o motor do crescimento da economia nacional. Ao mesmo tempo que se promove o SIMPLEX+, continuam a surgir novos procedimentos e novas exigências que vão alimentando a carga administrativa que pesa sobre as empresas”, cujo exemplo mais recente é a legislação nacional relativa à proteção de dados, conclui.

A CIP afirma o seu compromisso com o País, “o de continuar a gerar riqueza e a gerar mais emprego”, no entanto, lembra, “é necessário que o Governo faça a sua parte”.

A CIP exige, por isso, ao Governo:

- A inversão do aumento da carga fiscal sobre as empresas, com estabilidade, simplicidade e previsibilidade na tributação;
- Políticas de estímulo à capitalização das empresas, ao redirecionamento do crédito bancário para o setor produtivo, à diversificação de fontes alternativas de financiamento.
- Investimento público, nomeadamente em infraestruturas com vista à competitividade da nossa produção.
- Instrumentos de política pública que apoiem e promovam o esforço de qualificação dos recursos humanos das empresas.

Em suma, “exigimos que a competitividade empresarial se torne a preocupação transversal em toda a intervenção do Estado na economia”, conclui António Saraiva.

Sobre a CIP

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal representa, através da sua rede associativa, 114.566 empresas, que empregam 1.541.539 trabalhadores e têm um volume de negócios de 105.208 milhões de euros.

Fundada em 1974, tem como visão ser a confederação empresarial mais representativa a nível nacional, uma estrutura associativa patronal forte, homogénea e abrangente que possa defender mais eficazmente os interesses das empresas portuguesas e representa, de uma forma transversal e equilibrada, entidades associativas sectoriais e regionais, bem como todas as Câmaras de Comércio e Indústria de Portugal.

Faz parte, a nível nacional, do Conselho Económico e Social e da Comissão Permanente de Concertação Social, entre muitos outros órgãos consultivos e comissões especializadas, e, a nível internacional, da BusinessEurope, BIAC, OIE e OIT.

Tem a sua sede em Lisboa e delegações no Porto e em Bruxelas.